

Governo quer ampliar o acesso do investidor final aos títulos públicos

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Banco Central está desenvolvendo estudos com vistas a criar novos instrumentos de captação de poupança no mercado financeiro. "A idéia básica é fazer com que o investimento em papéis de renda fixa, públicos ou privados, seja feito diretamente pelo comprador final via mecanismos institucionais."

Ao dar a indicação ontem para este jornal, o diretor da área de Mercado de Capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros, revelou que o propósito é ampliar o volume de títulos públicos na mão do detentor da poupança e reduzir o que ele chama de "aluguel do dinheiro no overnight".

Dos Cr\$ 150 trilhões de papéis da dívida pública federal que se encontram no mercado, fora do setor público, mais de 50% estão nas mãos das instituições financeiras, lastreando operações do "open market".

CARTEIRA INDIVIDUAL

O novo instrumento de poupança, que pode ganhar a característica de fundo (funcionando, assim, no esquema de cooperativa de aplicadores à semelhança dos fundos mútuos) ou que pode funcionar na forma de carteira individual, será em princípio administrado por uma instituição financeira de mercado. A novidade é que o investidor final, pequeno ou médio (público-alvo a ser atingido), receberá a remuneração de sua aplicação de

acordo com o prazo final de vencimento dos títulos.

"Os investidores no Brasil preferem aplicar no "overnight" pelas incertezas que têm pela frente, mas a rentabilidade seria bem maior se invertessem em um portfólio de títulos finais." O Banco Central espera que os poupadore se sintam atraídos pela possibilidade de maior ganho em suas aplicações, reduzindo assim o movimento das operações de curto prazo. Estas, por sua vez, não deixam de ser um elemento de dificuldade na almejada tarefa do governo de encontrar maior estabilidade para as taxas de juros praticadas no mercado financeiro.

Além disso, este incentivo a mais às aplicações de prazo mais longo sem dúvida abre espaço para que o Banco Central continue operando com as colocações de LTN, ampliando a margem da administração da política desenvolvida pelo governo no mercado. Mendonça de Barros fez questão de dizer que os novos mecanismos, ainda em fase embrionária de estudos, não vão substituir nenhum dos instrumentos de captação de poupança já existentes. Eles serão criados dentro de um amplo contexto que prevê, entre outras providências, uma revisão na Resolução nº 366, que acabou com a alavancagem para o carreamento dos títulos privados nas carteiras das instituições financeiras. "Vamos acoplar tudo, independentemente dos estudos que já vinham sendo feitos."